

# **Território e Territorialidade: o Assentamento Rural Remédio, localizado no município de Umarizal/RN**

## **Elaine Fernandes de Queiroz**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
elainefernandesdesq@hotmail.com

## **Eugênia Maria Dantas**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
eugeniadantas@yahoo.com.br

O território é um espaço apropriado e dominado por relações de poder, sendo a propriedade da terra um elemento importante da dinâmica territorial. Neste trabalho, analisa-se a questão da Reforma Agrária e o Assentamento Rural Remédio, localizado no município de Umarizal (RN), tendo, como foco principal, a identificação das mudanças ocorridas no espaço geográfico através das ações dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), modificando e imprimindo marcas sociais, econômicas e políticas que os fazem conquistar frações de território, desenhando as suas múltiplas territorialidades. O desenvolvimento da pesquisa baseou-se em estudos bibliográficos de autores da Geografia e áreas afins e no levantamento de informações pertinentes ao assentamento como a observação *in loco* e a utilização de entrevistas com as lideranças e as famílias assentadas, no sentido de identificar os elementos que estão presentes na organização territorial. O estudo, fundamentado no registro de informações, possibilita compreender as questões relacionadas às constantes lutas e permanências dessa população, que são responsáveis pela construção do território. No estudo, procurou-se entender a dinâmica existente na confecção do território, a partir das estratégias utilizadas pelos assentados e suas territorialidades. Estas revelam elementos importantes nos processos de apropriação e dominação que enredam a trama material e simbólica do poder e da identidade, produzindo e sendo produtora de múltiplos significados.

**Palavras Chave:** Território. Territorialidade. Assentamento Rural Remédio.

## **I. Introdução**

O trabalho em pauta tem como foco central a construção do território e territorialidade do Assentamento Rural Remédio, localizado no município de Umarizal/RN, encontrando-se distante 09 (nove) *km* da área urbana. O município está localizado na Mesorregião Oeste Potiguar, estabelecendo limites com os municípios de Olho-d'água dos Borges, Martins, Riacho da Cruz e Portalegre (mapa 01). O referido município conta com uma população de 10.659 (IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

**Mapa 01** - Localização do município de Umarizal/RN no mapa do Rio Grande do Norte e Brasil.



**Fonte:** IBGE – disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=241450#>> 07 Ago. 2012.

A escolha do tema partiu da necessidade de refletir sobre as condições dos trabalhadores rurais que, sem terra para produzir e sobreviver, lutam para viver dignamente como um cidadão, cujo requisito básico é o direito a um lugar para morar e trabalhar. O assentamento Remédio é esse lugar que possibilita a problematização do território, do poder, da identidade e da territorialidade como fundamentos que favorecem a compreensão da dinâmica da vida rural.

Para discutir a respeito do território e da territorialidade, buscou-se referências teóricas, em autores e conceitos, e empíricas. As reflexões teóricas permitem subsidiar as análises do material coletado no assentamento. Com base na observação *In loco* e na utilização de entrevistas semiestruturadas, foi possível levantar informações sobre a realidade concreta e vivida pelas famílias que compõem o assentamento, suas trajetórias e histórias de vida, seus diferentes modos de viver/sobreviver, as dificuldades encontradas, as estratégias de superação e forma como está organizado o espaço, os sujeitos e seus papéis.

O trabalho está organizado em tópicos, em que o primeiro aborda as temáticas relacionadas ao território e territorialidade, levando-se em consideração os conceitos teórico-metodológicos de diversos autores da Geografia e áreas afins; o segundo tópico diz respeito às interfaces entre os conceitos e os estudos realizados no assentamento rural Remédio; por fim, têm-se as considerações finais.

## **II. Território e territorialidade: importância da terra e as formas de garantia à sobrevivência.**

O termo território, segundo (ALBAGLI, 2004, p.27), “vem do latim, territorium que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado”. O território é entendido como um espaço dominado ou apropriado através das relações de poder. É visto como um espaço concreto e abstrato, material e simbólico, condição para a produção e reprodução a vida em suas diferentes vertentes: econômica, política e cultural. O território emerge a partir do vínculo do sujeito com a terra.

O indivíduo, ao estabelecer esse vínculo, o faz ampliando as possibilidades de conexão e/ou interação entre as diferentes vertentes, tornando o território um espaço de diferentes apropriações e domínios. Desses vínculos, resulta o tecido emaranhado pelos fios que vão delineando o pertencimento e amor ao “pedaço” que cabe a cada um, com suas estratégias e territorialidades. Segundo Albagli (2004, p.29), a territorialidade tem uma dimensão comportamental em que “a conduta de um organismo vivo, visando tomar posse de seu território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”, assume uma afeição, uma prática consubstanciada no pertencimento. Não é apenas uma demarcação reconhecida juridicamente, mas um movimento que se realiza cotidianamente com a terra.

Desta feita, segundo a autora, a territorialidade não se restringe apenas aos atos jurídicos, mas também, incorpora os comportamentos humanos individuais e coletivos que acontecem de acordo com os modos de agir de cada um, para obtenção de conquistas que favoreçam aos interesses da comunidade.

Não se conquista um espaço sem a utilização de estratégias. A apropriação do espaço requer força de vontade e diferentes formas de agir. Alguns pensam; outros trabalham e pensam. Essa dinâmica favorece a conquista dos trabalhadores rurais sem-terra que, em alguns casos, invadem e tomam posse das terras que não lhes pertencem, enquanto outros trabalham e desejam que a terra, um dia, possa ser desapropriada e que a Reforma Agrária seja, realmente, um acontecimento verdadeiro àqueles que, “desde criança, escutam falar, mas não sabem da sua concretização” (Pesquisa de campo, 2012).

É por isso que os sem-terra lutam por uma Reforma Agrária. Tal luta, estabelece laços de identidade entre os sujeitos que passam a ser alimentados a partir das vivências. “O simples fato de vivermos em um espaço já nos identifica socialmente, reconhecendo-se nele um espaço vivido” (SOUZA; PEDON, 2007, p. 131,) como um cenário em que se realizam as relações de poder e as ligações afetivas, em que os grupos sociais reconhecem e reproduzem o espaço. O território é assim denominado quando se usa a terra para garantir a sobrevivência a partir das diferentes estratégias de pensar e agir. As diversas formas que se usam, as regras, normas e razões são chamadas de territorialidade.

A territorialidade somente acontece a partir de um território apropriado e/ou dominado. “De fato a territorialidade pressupõe o indivíduo e não tem sentido sem ele” (RICETO; SILVA, 2008, p. 150). Concordando com o autor, a territorialidade dá-se a partir da conquista do território, sendo, o mesmo, construído pelo homem, que mantém relações de poder para construir concreto ou abstratamente determinado território, conforme esclarece Raffestin (1993 p. 143) afirmando que: “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Ou seja, o homem o cativa e impõe limites e fronteiras, transformando-o, assim, em território. A afirmação pode ser comprovada levando-se em consideração as formas de organização presentes no próprio assentamento, no que diz respeito aos aspectos visuais das residências.

Além do sentimento de pertencimento, o indivíduo pronuncia e sente que aquele pedaço que lhe cabe é seu e ninguém mais poderá tomar. Assim, o território é demarcado e delimitado, sendo possível ser observada a marcação do pedaço de terra através de cercas de madeiras e arames (Figura 01). As delimitações, segundo alguns moradores, dão-se, justamente, para marcar o lote e, também, por questão de segurança. Segundo SANTOS *apud* RICETO (2008, p. 150) “o território só tem sentido se nele incluirmos o homem com suas construções econômicas, políticas, sociais e culturais”. Daí atribuímos o significado maior ao território usado e não ao território em si.

**Figura 01:** Residência de uma das famílias do Assentamento Remédio. Território demarcado através de cercas de madeira e arame.



Fonte: Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

Segundo (SANTOS, 2006, p. 15):

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O

território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O território, como construção social, é inseparável da territorialidade, pois, ao falarmos de tal, logo lembramos que é o local onde as pessoas se relacionam, é o campo ou *lócus* de vivência, é inserção de sujeitos, sobretudo, identidade, em que os sujeitos se conhecem como tal, perpassando as delimitações superficiais como muros, cercas elétricas, câmeras, alarmes monitorados para a ideia de pertencimento, de sentimentos, percepções e desejos. Aumenta-se, a cada dia, a força e vontade de poder fazer parte de uma terra que, aliada a atividade humana, possa ser capaz de oferecer uma base de sustentação para a satisfação das necessidades.

### **III. A luta pela terra: o Assentamento Rural Remédio – município de Umarizal/RN**

Partindo da premissa de que a territorialidade diz respeito às manifestações diárias de pessoas em um determinado território e tudo aquilo que é realizado para manter ou criar formas territoriais, entende-se que a mesma se constitui no modo como os assentados se relacionam entre si, com a sociedade (relação campo-cidade) e o meio externo como um todo.

O Assentamento Rural Remédio é assim denominado, segundo um assentado, devido a:

“Tradição, de família, do povo antigo que tinha experiências e diziam que tinha muita erva medicinal na mata: tem a quina-quina, tem canela braba, papaconha, milona, tem diversas coisas e, por isso, quando as pessoas diziam que estavam doentes, chamavam: vambora acolá que lá é o canto dos remédios, e por isso ficou”. (Pesquisa de campo, 2012).

Foi constituído e/ou criado sem a necessidade de aumentar as tensões que ocorrem frequentemente frente ao MST, ou seja, distanciam-se daqueles que continuam participando de movimentos de luta pela terra através de manifestações, conflitos, acampamentos, assembleias etc., o que fez com que as famílias tivessem uma parcela de terra de forma justa, sendo o INCRA responsável pela divisão de terras. O Assentamento é composto por 50 famílias assentadas, sendo que cerca de sete famílias encontram-se como agregados nas áreas pertencentes às famílias assentadas. A área da propriedade ficou dividida em parcelas

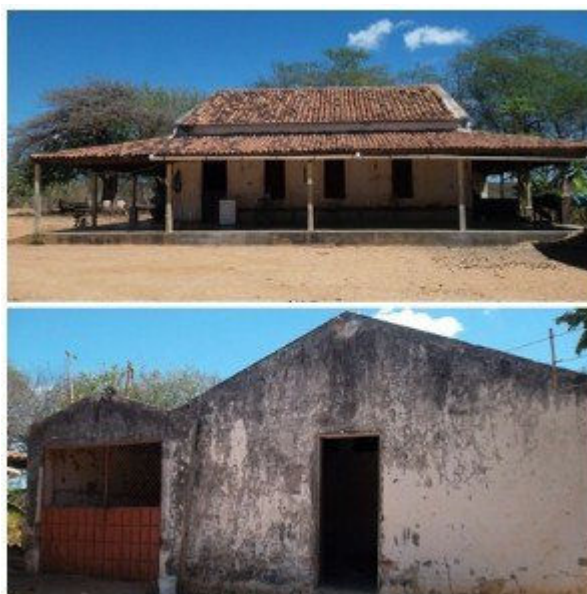
de 20 hectares para cada um, restando-lhe uma área de 300 hectares, reconhecida como área coletiva e área de preservação, em que eles a denominam de serrotes.

A conquista pela terra deu-se de forma simples e, como dizem os próprios assentados: “em paz, graças a Deus”! Não houve conflito, nem invasão de terras. Tal afirmação pode ser comprovada através da fala do vice-presidente da Associação:

“Antes de morar aqui, eu já trabalhava na fazenda. Nós não tivemos conflito, nós não tomamos terra de ninguém. O dono mesmo quem decidiu vender a terra e aqui mesmo foi feito a divisão de quem se cadastrou. Foi tudo tranquilo, normal”. (Pesquisa de campo, 2012).

O território do assentamento formou-se a partir da Fazenda Remédio (Figura 02) pertencente ao Sr. Marulino Dantas, que mantinha trabalhadores rurais no sistema configurado de meeiro e o trabalho era organizado através da divisão de tarefas. “Na época, quando chegaram, nós juntava cinco ou seis para plantar e fazia um ranchinho no mato só pra ter o cantinho de comer um feijãozinho”. (Pesquisa de campo, 2012). Antes do Projeto de Assentamento (PA), existia em torno de 05 famílias que trabalhavam nas terras da fazenda e se encontram, atualmente, no próprio assentamento. O pagamento se dava através da produção (feijão, milho e algodão) e em períodos de safra.

**Figura 02:** “Casa grande” da Fazenda Remédio pertencente ao Sr. Marulino Dantas.



**Fonte:** Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

O projeto de Assentamento foi criado através da Superintendência Regional do Estado do RN, por forma de desapropriação<sup>1</sup>, na data 12/12/1997 (doze de dezembro de mil novecentos e noventa e sete), contando com uma área de 1489,0250 há, com capacidade para ser ocupada por 50 famílias, que receberam lotes de 20 ha para cada família. Além dos lotes o assentamento tem áreas coletivas para plantio destinado a produção e comercialização controlada pela Associação do Projeto de Assentamento Reforma Agrária Fazenda Remédio e criação de animais (Figura 03).

**Figura 03:** Prédio da Associação do Projeto de Assentamento Reforma Agrária Fazenda Remédio.



**Fonte:** Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

A Associação constitui-se no espaço político de tomada de decisões da comunidade, fundada a partir da conquista do território do Assentamento Remédio pelas próprias famílias assentadas. É nela onde os sócios se reúnem, mensalmente, com a finalidade de discutirem assuntos e/ou problemas da comunidade, os planejamentos, propostas de trabalhos e onde são dados os avisos de relevância política, econômica e cultural. É composta por doze membros responsáveis pela resolução dos problemas, organização e fiscalização, sendo eles: presidente e vice-presidente; 1º tesoureiro e 2º tesoureiro; três conselhos fiscais e três suplentes e 1º secretário e 2º secretário. Todos os cargos ocupados voluntariamente possui uma suplência. Conta, atualmente, com 80 (oitenta) sócios.

---

<sup>1</sup> Desapropriação é o procedimento pelo qual o Poder Público, fundado na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente, despoja alguém de certo bem, móvel ou imóvel, adquirindo-o para si em caráter originário, mediante justa e prévia indenização. É, em geral, um ato promovido pelo Estado, mas poderá ser concedido a particulares permissionários ou concessionários de serviços públicos, mediante autorização da Lei ou de Contrato com a Administração. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Desapropria%C3%A7%C3%A3o>)

O presidente é escolhido através do voto:

“Ganha quem for mais bem votado e o vencedor passa 04 (quatro) anos na gestão. É por lei e passado em cartório, para ser desvinculado do período eleitoral, não pode ser em ano de eleição. O presidente pode se reeleger, é um direito sagrado. A gente pode indicar, mas tem que ver as capacidades. Não pode entregar uma Associação dessa a qualquer um, porque a responsabilidade não é pequena. A gente não tem fins lucrativos, a gente trabalha voluntariamente. É só trabalhar, respeitar e zelar o patrimônio que é nosso. Tudo que deve ser feito aqui, a gente tem que falar com o presidente, pra saber se ele apoia ou não. As coisas devem ser feitas pelo bem de todos”. (Pesquisa de campo, 2012).

O assentamento em questão não difere muito das demais comunidades rurais, no que diz respeito aos modos de vida e as dificuldades encontradas. O processo de produção agrícola é lento e não há recursos que atenda as necessidades das famílias assentadas. Tem uma população de 278 pessoas, sendo 128 do sexo masculino e 150 do sexo feminino; Das 15 famílias entrevistadas, percebeu-se que a população adulta e idosa é a que prevalece, apresentando 28% entre a faixa etária de 21-40 anos e 31% a faixa etária de 41-60 anos, uma vez que, somados os resultados da idade de 21 anos a idade superior de 80 anos, o resultado obtido será 78%, restando apenas 22% para a idade de 0-20 anos (Gráfico 02). A renda das famílias provém do trabalho agrícola, transferência de renda do Programa Bolsa Família, (PFB) e através da aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo. A renda mensal varia entre meio salário mínimo até dois, o que incide diretamente sobre as condições e qualidade de vida.

**Gráfico 01:** População do Assentamento Remédio segundo a faixa etária, 2012.



**Fonte:** Elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2012.



O nível de desenvolvimento do assentamento é:

Regular, porque lutar com muita gente, a desigualdade é grande, principalmente porque hoje nós estamos num sistema muito difícil, que está prejudicando a toda população. É o negócio de a pessoa querer o individualismo. É um desastre o individualismo. Eu penso em fazer uma coisa, mas você vai fazer outra porque não consegue entrar em acordo. Às vezes, há desunião e fica muito difícil construir alguma coisa. (Pesquisa de campo, 2012).

A agropecuária é a atividade econômica preponderante no assentamento remédio. Diante disso, os trabalhadores rurais produzem: acerola, alface, batata, capim, cana-de-açúcar, coco, coentro, ervas medicinais (hortelã, malva, cidreira), feijão, gergelim, goiaba, mamão, macaxeira, maracujá, manga, melão, milho, e seriguela em terrenos consorciados. A DIACONIA<sup>2</sup>, juntamente com o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), concluiu, em 2011, um projeto de irrigação que recuperou 0,42 ha de acerola com sistema de irrigação por xique-xique, 0,24 ha de hortaliças, e 0,12 ha com microaspersão, através do bombeamento de um poço Amazonas. Há produção de algodão orgânico no assentamento e a comercialização é feita através da feira-livre que acontece semanalmente no próprio município e através da empresa Todo Bom e Veja, vendido pelo valor de R\$ 6,00 Kg a pluma e a semente fica para o produtor. Os demais produtores, ou seja, um grupo composto por cinco pessoas vendem no comércio local no valor de R\$ 1,20 Kg. Há, também, um projeto de hortaliça em que a produção e comercialização dão-se na feira do município e também por entrega direto ao consumidor.

De modo geral, após a colheita, os produtos são divididos em três partes, são elas: uma parte é direcionada ao consumo familiar, outra para guardar como semente para os anos vindouros e a outra parte para comercialização. A parte direcionada ao consumo familiar e reserva para plantio é armazenada no banco de cimento criado na Associação do assentamento, através de um projeto implantado no ano de 2005 que armazena 80% da produção (milho e feijão), através de doação de parte da produção dos agricultores. As famílias que necessitam se deslocam até a Associação, retira o que precisa e não paga em dinheiro, porém, em produção e com acréscimo de 10%. Com relação à pecuária, há ovinos, caprinos e suínos, porém, a criação bovina é a que prevalece, tendo, em média, 300 cabeças de gado.

---

<sup>2</sup> A Diaconia é uma organização social brasileira, sem fins lucrativos e de inspiração cristã, que tem por objetivo a promoção da justiça e do desenvolvimento social.

O assentamento é recortado por estradas de terra que ligam os lotes e/ou parcelas, sendo transitáveis durante todos os períodos do ano e encontra-se em um razoável estado de conservação, não prejudicando o deslocamento dos assentados. (Figura 04).

**Figura 04:** Estrada de terra do Assentamento.



**Fonte:** Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

O assentamento conta com as residências das famílias já consolidadas em alvenaria, através da linha de crédito habitação disponibilizada pelo INCRA, desde o período em que receberam as casas, no ano de 2000. Possui serviços de energia elétrica há 10 anos, instalada no ano de 2002, executados pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN); abastecimento d'água; uma escola; 01 telefone público (orelhão) 02 campos de futebol, uma Congregação Cristã e a construção da Igreja Católica. Não dispõe de um posto de saúde, sendo os serviços de atendimento médico disponibilizados pelo poder público, contando, de 15 em 15 dias, com um médico e de 08 em 08 dias com um enfermeiro, atendendo no prédio da Associação ou nas residências das famílias.

As formas de organização e utilização do território é o que garante vida e soberania a terra. O bom funcionamento e desempenho são aliados à força de vontade e as estratégias utilizadas pelas famílias à manutenção da vida. Pode-se perceber, através das falas, que os assentados passam por dificuldades que refletem tristeza no olhar. O período de estiagem, neste ano de 2012, proporcionou a seca de 02 (dois) açudes existentes no assentamento remédio (Figura 05). Algumas famílias ainda permanecem com reservatórios de água (cisternas de placas), com capacidade para 16 mil litros de água, abastecidos pelas águas das chuvas, mas a maioria (90%) recebe água em carros-pipas, fornecidos pelo município em parceria com o Governo Federal. Assim, fica evidente que o abastecimento de água é proveniente,

primeiramente, da captação da água das chuvas. Ainda não existe canalização para as residências.

**Figura 05:** Um dos açudes situado no Assentamento Remédio, quase seco, sem condições de abastecer as famílias.



**Fonte:** Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

A escola do Assentamento (Unidade Escolar XXVIII Professora Zélia Fernandes Dantas), (Figura 06), foi construída no ano de 2004, com apoio da Prefeitura Municipal de Umarizal, mobilização dos assentados e através do Programa Água na Escola, que investiu em torno de cinco mil reais destinados a construção. Conta com uma direção na área urbana do município, quatro professores, uma merendeira e uma Auxiliar de Serviços Gerais (ASG).

Na escola, ocorre o a informação e/ou conhecimento sistematizado que atende a primeira fase do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) nos períodos diurnos, contando com um total de 22 alunos – 12 meninas e 10 meninos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período noturno que conta com 15 alunos. Segundo informações de um assentado, seis jovens não estudam. O Ensino Médio é ofertado na área urbana do município de Umarizal, e os alunos dispõem de carro para se deslocarem até a escola. Apesar do assentamento está distante 9 km da cidade, não há dificuldade de locomoção entre as pessoas. Todas as famílias possuem um tipo de transporte que facilita o processo de ida e vinda do campo-cidade; cidade-campo.

**Figura 06:** Unidade Escolar XXVIII Professora Zélia Fernandes Dantas.



**Fonte:** Arquivo da autora. Pesquisa de campo, 2012.

Na organização religiosa, há a Igreja de Cristo e a construção da igreja católica (Figuras 07 e 08). Das 15 famílias entrevistadas, apenas 06 afirmaram ser evangélico, o que permite inferir que estes atuam com um menor número e prevalece a religião católica.

**Figura 07:** Casa de oração Igreja de Cristo.



**Fonte:** Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

As celebrações religiosas da Igreja católica são realizadas no prédio da associação ou nas residências das famílias, em função da construção da Igreja ainda não está concluída (Figura 08). As famílias já se reuniram e decidiram que o Santo padroeiro será São José Operário, em função da luta e da batalha que os moradores enfrentam e na fé de que um dia as coisas poderão melhorar. Os festejos serão realizados nos dias 1º de maio.

**Figura 08:** Construção da Igreja Católica.



**Fonte:** Arquivo do autor. Pesquisa de campo, 2012.

Observa-se que há migração rural-urbana entre o assentamento. A migração acontece, principalmente, entre os jovens que encontram, na cidade, o que não encontram no campo. Das 50 famílias assentadas, permanecem 46 (quarenta e seis), tendo, portanto, evasão de 04 (quatro) famílias, que deixam suas casas e procuram outras áreas que possibilite melhores condições de vida.

As dificuldades geram preocupações, pois não há certeza do que poderá acontecer nos anos vindouros. Tal fato faz com que as famílias argumentem que

“A estrutura da associação é boa somente por uma parte. Só que, infelizmente, nós que vive assim, trabalhando nos sítios, as ajudas são pequenas, aí a gente não pode evoluir e, principalmente, num canto desse e numa época de estiagem dessas. Os dois açudes tudo seco. Quando tem inverno nós aqui somos rico. Quem tá decidindo é o tempo, não é a Associação, não depende de nós”. (Pesquisa de campo, 2012)

Apesar das dificuldades, a conquista do território conferiu satisfação às famílias do assentamento, que hoje se garante na terra, podendo viver no assentamento de forma digna, resgatando sonhos e pensando no bem de todos, pois:

O movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e de viver do campesinato (CARVALHO, 2005, p. 164).

Para todos aqueles que nasceram na simplicidade, cresceram sob a luz do sol e caminharam pelas estradas longínquas e marcadas pelos passos de trabalhadores cansados e suados, a terra é, sobretudo, ouro! Possui significados e histórias de vida de um passado muito distante, mas relembado com muita satisfação e orgulho de, um dia, poder ter sido capaz de realizar o que era preciso para sobreviver e atender as necessidades das famílias.

A compreensão acerca da conquista pode ser observada em alguns depoimentos de moradores, ao revelarem que a terra é como um “agasalho”, em que nele se pode resgatar o clima desejado, é onde pode se sentir mais humano, mais gente.

A territorialidade dá-se através dos resultados das condições do processo de produção atribuído ao território. Através das múltiplas interações/relações, acontecem as individualidades e os aspectos que caracterizam cada área. Tais caracterizações e/ou aspectos origina-se a partir das atividades cotidianas de cada um em cada área estabelecida, ocorrendo por meio das famílias e dos grupos sociais que se organizam em prol de um bem comum.

#### **IV. Considerações finais**

Tomando por base o conceito referente à territorialidade, entende-se que, no assentamento, as famílias são munidas de força e coragem para garantir o fortalecimento da terra conquistada. É uma territorialização que se realiza na mediação entre as ações do Estado, através da Reforma Agrária, e as reivindicações sociais, que transforma o espaço em território partilhado por sujeitos que se relacionam, se organizam e lutam por melhores condições de vida.

Durante a realização do trabalho, percebeu-se que ocorreram diversas mudanças com relação à produção e ao modo de viver. As mudanças dizem respeito ao fato de ser uma região de clima semiárido, que sofre com os períodos de estiagens – as secas – e, por isso, não está sendo possível produzir nem o suficiente para o autoconsumo. As famílias ainda praticam uma agricultura de subsistência como atividade econômica preponderante, porém, as secas dificultam o sucesso desse tipo de agricultura, não garantindo, assim, um padrão de vida satisfatório, fazendo com que alguns dos trabalhadores se desloquem das suas casas para trabalhar em outras terras de alugado<sup>3</sup>, ou migrarem para outras localidades.

---

<sup>3</sup> Trabalho realizado em terra alheia, sobre as ordens de quem contrata.

Observa-se, ainda, que há falta de apoio do Estado no tocante à assistência técnica para capacitação aos trabalhadores rurais que atenda as exigências necessárias à gestão/manutenção dos recursos hídricos, uso e manejo do solo, produção orgânica e entre outros. Fica visível nas falas de alguns assentados, quando afirmam que “é preciso ter mais apoio dos órgãos públicos para podermos continuar. Nós aqui não temos apoio, só vontade. Além disso, o Nordeste é muito esquecido e o Sul é muito poderoso, tem a maior alegria quando estamos numa seca como essa” (Pesquisa de campo, 2012). Muitos também afirmaram que os benefícios prometidos, inclusive relacionados ao projeto de sustentabilidade destinado aos animais e a população, que proporciona a venda de grãos (milho) para manter o rebanho e para plantio prometido ainda no ano de 2011 ainda não se encontra no assentamento.

O estudo do território e territorialidade no Assentamento Remédio possibilitou compreender os recortes-temporais existentes nas trajetórias de vida dos assentados, que passaram de uma situação de sujeição para promotores do seu próprio desenvolvimento. A aquisição da terra como meio que possibilita a moradia e as condições de sobrevivência, elevou-os a categoria de pequenos proprietários de terra, e nisso consiste o novo desafio: existir, resistir e lutar não só pela parcela que lhe cabe, mas também, pela comunidade toda.

Nessa luta, há muito a ser feito, como, por exemplo: melhorar a falta de assistência técnica; os investimentos como mecanismo para aumentar a capacidade produtiva e garantir maior geração de renda; as condições de saúde, sendo preciso dotar o assentamento de um posto de saúde, de saneamento básico (falta sistema adequado de esgotamento sanitário; sistema de coleta de resíduos sólidos) e com relação ao abastecimento de água, faz-se necessário a instalação de canalizadores d'água.

Por fim, entende-se que o território, segundo Riceto e Silva, (2008, p. 149) “pode ser definido como o espaço de reconhecimento, onde os indivíduos se declaram como parte, seja de um lugar ou de uma manifestação e aí se identificam, realizam-se, encontram-se e se sentem protegidos”. Para finalizar, deixemos uma pequena fala sobre a terra:

“A terra pra mim significa muita coisa, uma sustentação, porque nela é onde eu vivo e trabalho. O poder de possuir e onde me identifico. O camarada diz? Mora onde: - Moro em canto fulano, número da casa tal. Me identifico e não tenho de quem temer. Eu acho que é muito bom a gente ter canto certo e se identificar... e, minha filha, é preciso lutar muito, porque a nossa vida é muito cheia de detalhes e se você não tiver a calma, você se desespera” (Pesquisa de campo, 2012).

Assim, o assentamento é um espaço que tem significado individual e social, estendendo-se as territorialidades como as estratégias utilizadas pelos indivíduos para pertencer ao território, lutar, permanecer e sentir-se reconhecido nele.

## **Referências**

ALBAGLI, Sarita – **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Ed: Relume Dumará, Brasília, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RICETO, Alisson; SILVA, Vicente de Paulo. **O território como categoria de análise da Geografia**. Revista *online*, disponível em: <[HTTP://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html](http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html)>. ISSN 1678 – 6343. Acesso em: 10 jun. 2012.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. IN: SANTOS, Milton et al. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Pp. 13-21.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON; Nelson Rodrigo. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS, V1 – n. °6 – ano 4, Novembro de 2007. ISSN 1808 – 2653.